

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, acompanhadas das notas explicativas. Permanecemos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos necessários. Distrito Federal, 28 de fevereiro de 2014.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro (em milhares de reais)		
ATIVO	2013	2012
<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6).....	25.328	542
Ativo financeiro da concessão (Nota 9).....	48.713	
Estoques (Nota 7).....	22.296	
Despesas antecipadas.....		1.009
Outros ativos.....	682	3
	<u>97.019</u>	<u>1.554</u>
<b>Não circulante</b>		
Aplicação financeira (Nota 8).....	18.690	
Ativo financeiro da concessão (Nota 9).....	488.315	
Outros ativos.....	245	245
	<u>607.005</u>	<u>245</u>
Imobilizado.....	47	61
	<u>607.052</u>	<u>306</u>
<b>Total do ativo</b>	<b>604.071</b>	<b>1.860</b>

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (passivo a descoberto)		
	2013	2012
<b>Circulante</b>		
Empréstimos (Nota 10).....	4.514	
Debêntures (Nota 10).....	3.955	
Fornecedores e outras contas a pagar (Nota 11).....	7.455	608
Obrigações sociais e trabalhistas.....	712	256
Impostos, taxas e contribuições.....	550	3
	<u>17.186</u>	<u>867</u>
<b>Não circulante</b>		
Adiantamento para futuro aumento de capital.....		3.205
Empréstimos (Nota 10).....	301.395	
Debêntures (Nota 10).....	98.741	
Tributos diferidos (Nota 12).....	124	
Tributos sobre contraprestação (Nota 12).....	60.416	
	<u>460.676</u>	<u>3.205</u>
<b>Patrimônio líquido (passivo a descoberto)</b>		
Capital social (Nota 13).....	126.950	6.200
Prejuízos acumulados.....	(741)	(8.412)
	<u>126.209</u>	<u>(2.212)</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)</b>	<b>604.071</b>	<b>1.860</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1 Informações gerais** – A Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. – CENTRAD (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Distrito Federal, constituída em 6 de fevereiro de 2009, tendo como objeto social a construção, operação e manutenção do Centro Administrativo do Distrito Federal, na forma de Edital de Concorrência de Parceria Público-Privada n. 01/2008 e do Contrato de Concessão Administrativa assinado com o Governo do Distrito Federal (GDF). Em 8 de abril de 2009, foi firmado contrato de concessão entre a Secretaria de Estado de Obras do Distrito Federal e a Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. – CENTRAD, mediante licitação pública regida pelo Edital de concorrência nº 01/2008, cujo objeto é a construção, operação e manutenção do Centro Administrativo a ser utilizado pelos órgãos e entidades da administração direta e indireta integrantes da estrutura administrativa do governo do Distrito Federal. O prazo de vigência do contrato é de 22 anos contados a partir do início das obras, e o prazo de exploração da operação e manutenção é de 20 anos, considerando o início da operação. As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas pela Diretoria da Companhia em 28 de fevereiro de 2014. Em 4 de junho de 2013, foi constituída a Centrad Holding S.A. (“Centrad Holding”) que teve suas ações subscritas e integradas em 31 de outubro de 2013 pelas acionistas Odebrecht Participações e Investimentos S.A. (“OPI”), Construtora Norberto Odebrecht S.A. (“CNO”) e Via Engenharia S.A. (“VIA”), nas participações de 47,5%, 2,5%, 50%, respectivamente, mediante aporte da participação detidos na Companhia. Como resultado desta reorganização societária, a Centrad Holding passou a deter 100% do capital da Companhia. A Centrad Holding é controlada pela OP Centro Administrativo S.A. (“OP Centro Administrativo”). Em 13 de dezembro de 2013, a controladora OPI que detinha 95% das ações da OP Centro Administrativo, aumentou o capital social da Odebrecht Properties S.A. (“OP”) mediante integralização do valor contábil das ações da OP Centro Administrativo. Nesta mesma data a OP passou a deter 95% das ações da OP Centro Administrativo e passou a ser controladora indireta da CENTRAD.

**2 Resumo das principais políticas contábeis** – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação** – As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Organização Odebrecht. Algumas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Em função de não haver outros resultados abrangentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia não está apresentando a demonstração do resultado abrangente nessas demonstrações financeiras. **2.2 Caixa e equivalente de caixa** – Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. **2.3 Ativos financeiros. 2.3.1 Classificação** – A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial. **(a) Empréstimos e recebíveis** – Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem “Caixa e equivalentes de caixa” e “Ativo financeiro da concessão” (Notas 6 e 9). **2.4 Ativo financeiro da concessão** – O ativo financeiro da concessão é representado pelo direito a faturar do contrato de parceria público privado com o Governo do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Obras do Distrito Federal (Nota 1), reconhecidos pelo fato da Companhia possuir um direito incondicional de receber caixa do Poder Concedente pelos serviços de construção, operação e manutenção do Centro Administrativo. O ativo financeiro da concessão com prazo de recebimento equivalente a um ano ou menos estão representadas no ativo circulante, as demais estão representadas no ativo não circulante, uma vez que, o recebimento dos valores está estimado para ocorrer no período de 20 anos, contados a partir da entrega da infraestrutura. Os montantes do ativo financeiro da concessão são inicialmente registrados pelos seus valores justos e subsequentemente pelo método do custo amortizado. **2.5 Estoques** – Os estoques são demonstrados ao custo, desde que inferiores ao valor de realização e o método de avaliação dos estoques é o da média móvel ponderada. Os saldos contemplam os materiais destinados à construção e manutenção, sendo classificados no ativo circulante, pois são utilizados em menos de 12 meses. **2.6 Imposto de renda e contribuição social diferidos** – O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas nominais desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 12). Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas (Nota 12). **2.7 Imobilizado** – O imobilizado é mensurado pelo custo histórico, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando for maior do que o seu valor recuperável estimado. **2.8 Impairment de ativos não financeiros** – Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, exceto o caixa, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. **2.9 Fornecedores e outras contas a pagar** – O saldo de fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar – por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **2.10 Outros ativos** – Outros são ativos não apresentados pelo valor de custo ao realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação. **2.11 Empréstimos e debêntures** – São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores contábeis (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estiverem em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. **2.12 Demais passivos circulantes** – São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, ascendidos, quando aplicável, dos correspondentes e variações monetárias incorridos até a data do balanço. **2.13 Reconhecimento da receita** – A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas levando em consideração as especificações da prestação de serviço. **(a) Receita de contratos de construção** – A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 – Contratos de Construção, segundo o método de custo acrescido de margem. Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custos dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são

considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo acrescido da margem de construção. A receita é reconhecida pela margem de construção de 0,7 % sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, acrescida de 11,25% de impostos incidentes sobre o faturamento, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados. Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados. **(b) Atualização do ativo financeiro da concessão** – A receita de atualização do ativo financeiro (nota 2.4), representa a atualização do valor a receber pela concessão durante o período do contrato. A atualização do ativo financeiro de concessão é reconhecida pelo custo amortizado com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal. **(c) Receita financeira** – A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A Companhia somente apresenta receita de caráter financeiro, referente, basicamente, a rendimentos de aplicações financeiras (Nota 16). **2.14 Lucro (prejuízo) por ação** – A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). **2.15 Regime Tributário de Provisão – RTT** – No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, com vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente realizados até a data de publicação desta MP, bem como resultados de equivalência patrimonial. A Companhia analisa os possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma, e a adoção de forma antecipada dos preceitos atualmente disciplinares pela MP não deverá produzir impactos relevantes na presente demonstração financeira. Não obstante, a Companhia está aguardando a conversão da referida Medida Provisória em Lei para que possa decidir sobre a efetiva adoção antecipada da opção, após análise do texto final a ser promulgado.

**3 Estimativas e julgamentos contábeis** – As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **(a) Perda (impairment) estimada de ativos financeiros e não financeiros** – A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não foram identificadas pela administração, evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de impairment, tanto para os ativos financeiros, quanto para os não financeiros. **(b) Reconhecimento de receita** – Na apuração do valor justo da receita de contratos de construção a Companhia utiliza o custo total incorrido, acrescido da margem de construção de 0,7% estimada pela administração, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro. O ativo financeiro é atualizado mensalmente à taxa de 1,3% a.m. pela TIR (Taxa de Interna de Retorno) da Companhia. **(c) Imposto de renda e contribuição social diferidos** – A Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos com base nas projeções dos lucros tributáveis futuros. Na determinação desses montantes foram utilizadas as alíquotas previstas para recuperação ou liquidação desses valores. **(d) Atualização do ativo financeiro da concessão** – A receita de atualização do ativo financeiro (nota 2.4) representa a atualização do valor a receber pela concessão durante o período do contrato. A atualização do ativo financeiro de concessão é reconhecida pelo custo amortizado com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal. A receita operacional líquida inclui a atualização do ativo financeiro da concessão durante o período do contrato, uma vez que a geração desta receita faz parte dos principais objetivos de negócio da Companhia.

**4 Gestão de risco financeiro. 4.1 Fatores de risco financeiro** – A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, empréstimos e debêntures, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações. **(a) Risco de liquidez** – É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descausamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez dos seus, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. **(b) Risco com taxas de juros** – O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras dos financiamentos. **(c) Risco de crédito** – O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações, internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado. **(d) Derivativos** – Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos. **4.2 Gestão de capital** – Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia monitora o capital com base no Índice de Alavancagem Financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial com a dívida líquida. Os índices de endividamento em 31 de dezembro podem ser assim sumarizados:

	2013	2012
Total de empréstimos e debêntures (Nota 10).....	408.605	
Menos caixa e equivalente de caixa (Nota 6).....	(25.328)	542
Menos aplicação financeira (Nota 8).....	(18.690)	
Dívida líquida.....	<u>364.587</u>	<u>542</u>
Total do patrimônio líquido.....	<u>126.209</u>	<u>(2.212)</u>
Total do capital.....	<u>490.796</u>	<u>(1.670)</u>
Índice de alavancagem financeira.....	<u>74%</u>	<u>-32%</u>

5 Instrumentos financeiros por categoria		
Empréstimos e recebíveis	2013	2012
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa.....	25.328	542
Aplicação financeira.....	18.690	
Contas a receber de clientes.....	<u>537.028</u>	<u>542</u>
	<u>581.046</u>	<u>542</u>
<b>Passivos, conforme o balanço patrimonial</b>		
Empréstimos.....	305.908	
Debêntures.....	102.897	
Fornecedores (*).....	7.455	608
	<u>416.260</u>	<u>608</u>

(\*) As obrigações decorrentes da legislação estão excluídas do saldo de fornecedores, uma vez que essa análise é exigida somente para instrumentos financeiros.

6 Caixa e equivalentes de caixa		
	2013	2012
Caixa e bancos.....	1.744	111
Aplicações financeiras (*).....	<u>23.584</u>	<u>431</u>
	<u>25.328</u>	<u>542</u>

7 Estoques		
	2013	2012
Materiais de instalações elétricas.....	9.950	
Materiais para fachada e piso.....	5.701	
Outros materiais.....	1.834	
Adiantamento para estoque.....	<u>4.811</u>	<u>22.296</u>

Demonstrações do resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)		
	2013	2012
<b>Operações continuadas</b>		
Receita (Nota 14).....	476.612	
Custos de construção.....	<u>(466.726)</u>	
<b>Lucro bruto</b>	<b>9.886</b>	
<b>Despesas</b>		
Gerais e administrativas (Nota 15).....	<u>(4.403)</u>	<u>(2.952)</u>
<b>Lucro (prejuízo) operacional</b>	<b>5.483</b>	<b>(2.952)</b>
<b>Resultado financeiro, líquido (Nota 16)</b>	<b>2.312</b>	<b>77</b>
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>7.795</b>	<b>(2.875)</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 12).....	<u>(124)</u>	<u></u>
<b>Lucro (prejuízo) do exercício</b>	<b>7.671</b>	<b>(2.875)</b>
Lucro (prejuízo) por ação das operações continuadas atribuído aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação) (Nota 18).....	<u>0,81</u>	<u>(0,46)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**8 Aplicação financeira** – O montante de R\$ 18.690, registrado na rubrica de aplicação financeira em 31 de dezembro de 2013, que é mantido como garantia de pagamento dos financiamentos, conforme previsto nos contratos firmados junto às instituições financeiras, sendo o montante principal de R\$ 16.417 remunerados a 100,8% do CDI e o montante de R\$ 2.273 remunerados a 100% do CDI.

**9 Ativo financeiro da concessão** – Refere-se ao direito de faturar do Contrato de Parceria Público Privado com o Governo do Distrito Federal (Nota 1). Esse valor é reconhecido pela Companhia com um ativo financeiro referente a concessão recebida e é atualizado mensalmente à taxa de 1,3% a.m., de acordo o método da taxa efetiva de juros.

(i) Composição		
	2013	2012
Setor público		
Distrital.....	537.028	
Ativo circulante.....	<u>(48.713)</u>	
Ativo não circulante.....	<u>488.315</u>	

(ii) **Prazo de recebimento** – O montante não circulante em 31 de dezembro tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2013	2012
2015.....	161.909	
2016.....	171.166	
2017.....	<u>155.240</u>	<u>488.315</u>

**10 Empréstimos e debêntures. (i) Composição**

Modalidade	Encargos financeiros anuais	2013
Caixa Econômica Federal (*)	Empréstimo	305.909
Banco Santander S.A. – 1ª Série (**)	Debêntures	51.348
Banco Santander S.A. – 2ª Série (**)	Debêntures	51.348
		<u>408.605</u>
Passivo circulante.....		<u>(8.469)</u>
Passivo não circulante.....		<u>400.136</u>

(\*) Em 28 de junho de 2013, a Companhia firmou contrato de financiamento junto a Caixa Econômica Federal no montante total de R\$ 604.084 com a finalidade de construção do Centro Administrativo do Distrito Federal, sendo a liberação de recursos realizada mediante a solicitação da Companhia, obedecendo ao prazo de utilização de 24 meses. O financiamento tem vencimento em 204 meses, com período de carência para amortização do principal de 30 meses e corrigido a taxa de juros de 7,0% a.a. mais variação mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”). Até 31 de dezembro de 2013 foi liberado o montante de R\$ 303.000. (\*\*\*) A Companhia realizou em 29 de abril de 2013, emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 100 na data de emissão, sendo 500 debêntures da primeira série, 500 debêntures da segunda série e 705 debêntures da terceira série. A liquidação financeira das duas primeiras séries ocorreu em 19 de julho de 2013 no montante de R\$ 100.000 e terá vencimento final em 15 de março de 2018, sendo corrigidas pelo IPCA e acrescida de juros de 7,97% a.a. A terceira série com início em 17 de março de 2018 terá vencimento final em 15 de março de 2023 e será corrigida pela DI (Depósitos Interfinanceiros) e acrescida de juros de 3,60% a.a. Os recursos obtidos pela Companhia por meio da emissão das debêntures foram destinados para recomposição/reforço de caixa para a aplicação na construção do centro administrativo. (ii) **Prazo de vencimento** – O montante não circulante em 31 de dezembro tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2013	2012
2015.....	760	
2016.....	37.802	
2017.....	39.547	
2018.....	103.942	
2019.....	25.290	
2020.....	23.826	
2021.....	22.483	
2022.....	21.253	
2023.....	20.200	
2024.....	19.199	
2025 em diante.....	<u>86.284</u>	<u>400.136</u>

(iii) **Garantias** – Os empréstimos mantidos pela Companhia estão garantidos pelo Contrato de Sessão Fiduciária de Direitos da conta da centralizadora celebrado em 28 de junho de 2013 entre a Companhia e a Caixa Econômica Federal e a BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários, essa última na qualidade de agente fiduciário. (iv) **Cláusulas restritivas** – A emissão de debêntures exigiu a assunção de algumas obrigações, as principais são, aporte de capital mínimo de R\$ 135.000, manutenção do índice de cobertura da dívida, não concessão de empréstimo, garantia, ou qualquer tipo de pagamento a empresas ligadas, salvo aqueles no curso ordinário de negócios, limitação da venda de ativos, constituição de garantias sobre ativos e endividamento, manutenção de todos os contratos de projeto e instrumentos de financiamentos relevantes, não realização sem prévia anuência dos debenturistas, ou qualquer transformação em outro tipo de sociedade, não constituição de qualquer ônus, penhor, direito de garantia, arrendamento, engargo, e não concessão de opção, direito de preferência ou qualquer outra restrição ou limitação que venha a afetar a livre e plena propriedade das garantias, vantagens e condições das ações alienadas e fornecer anualmente organograma de gestão de segurança e saúde ocupacional relacionado a EPICista e subcontratados

**11 Fornecedores e outras contas a pagar** – O saldo de fornecedores e outras contas a pagar no montante de R\$ 7.455 (2012 – R\$ 608) é representado, substancialmente, pelas compras de estoques de materiais para a construção da infraestrutura do contrato de concessão (Nota 1).

**12 Tributos sobre a contraprestação e tributos diferidos. (a) Tributos sobre a contraprestação**

	2013	2012
ISS.....	10.741	
PIS.....	8.861	
COFINS.....	<u>40.814</u>	<u>60.416</u>

(b) **Tributos diferidos**

	2013	2012
IR e CS.....	124	

(c) **Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social**

	2013	2012
Lucro (prejuízo) antes dos tributos.....	7.795	(2.875)
Imposto de renda (“IR”) e contribuição social (“CS”) às alíquotas nominais.....	2.650	978
Ajuste de exercícios anteriores.....	<u>(2.526)</u>	<u>(978)</u>
Encargo fiscal.....	<u>(124)</u>	<u></u>

**13 Patrimônio líquido. (a) Capital Social** – Em 15 de fevereiro de 2012, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária aumento de capital da Companhia em mais R\$ 19.000, passando de R\$ 31.000 para R\$ 50.000, divididos em 50.000.000 ações, sendo 25.000.000 ações ordinárias e 25.000.000 ações preferenciais. Em 30 de setembro de 2013, foram integralizados pela OPI o montante de R\$ 650, pela CNO R\$ 1.075 e pela VIA R\$ 1.725 anteriormente registrado como AFAC. Após reestruturação societária (Nota 1) o total de 50.000.000 ações preferenciais passou a pertencer a Centrad Holding, sua única acionista. Em 9 de dezembro de 2013, a Centrad Holding integrou R\$ 40.350 do capital social. Em 31 de dezembro de 2013, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, aumento do capital da Companhia em mais R\$ 76.950 passando dos atuais R\$ 50.000 para R\$ 126.950, no total de R\$ 76.949.836 e 38.474